



Informe **UNAFISCO SINDICAL** *Rio de Janeiro*

Boletim nº 131

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2003.

Hoje, 5ª feira, tem Assembléia Nacional dos AFRF

Auditores-Fiscais da Receita Federal realizam hoje Assembléia Nacional para deliberar sobre o rumo da mobilização contra a Reforma da Previdência.

Horários

Aeroporto	10:30h
Porto	10:30h
Nova Iguaçu	11:00h
Auditório da DS	14:30h

Apuração com rigor e responsabilidade

O Unafisco Sindical defende, como sempre defendeu, o máximo rigor na apuração de possíveis ilícitos no âmbito da Receita Federal. Prova disso é que desde março de 2001 o sindicato vem alertando a Administração da Receita para a falta de investimentos nos sistemas de segurança, para equívocos graves cometidos no regimento interno adotado a partir de agosto daquele ano e para alterações na legislação que facilitam e estimulam o ilícito fiscal e a corrupção.

Isso não nos impede de perceber, e protestar, que mais uma vez o nome de um AFRF foi jogado às traças sem razões objetivas. Quando o caso conhecido como “propinoduto” veio a público, o nome da AFRF Márcia Rodrigues da Rocha foi amplamente divulgado como integrante do esquema

através da imprensa, que jamais lhe deu espaço para reparar o dano causado a sua reputação. Agora, vemos que a situação se repete, com uma agravante: Fernando José da Rocha Velho ficou 26 horas preso no Ponto Zero. Diz o jornal O Globo de hoje: “O juiz recebeu um documento da Receita Federal, assinado pelo Corregedor-geral, Moacir Leão, afirmando que o órgão não apurou indício de responsabilidade de Velho e que a situação patrimonial e fiscal é compatível com seus rendimentos (...) Apesar da corregedoria ter informado à PF de que ele não teria envolvimento nas fraudes, o nome de Velho foi incluído no relatório que a PF mandou à Justiça, levando à decretação de sua prisão.”

Fernando José da Rocha Velho foi preso porque outros suspeitos citaram

o seu nome em uma conversa que foi gravada. Jamais os responsáveis pela investigação poderiam deixar acontecer o que aconteceu com ele. E a imprensa, que se adianta na divulgação dos suspeitos, deveria valorizar os inocentados com ainda mais fôlego, porque é desses que nós precisamos para que a Receita Federal continue a ser uma instituição respeitada. Somos mais de 15 mil AFRF, ativos e aposentados, em todo o Brasil. Qualquer um de nós poderia ter passado pelo que ele passou. O rigor na investigação deve ser acompanhado de responsabilidade em suas conseqüências. Que o corregedor aproveite o trânsito que tem nos meios de comunicação e esclareça, publicamente, a injustiça que foi cometida com o AFRF Fernando José da Rocha Velho.

Diretoria Executiva DS/RJ

Veja no verso nota conjunta sobre o caso publicada pela DS/RJ e DEN no Boletim Nacional do Unafisco de hoje

NOTA

Unafisco defende apuração dos fatos e amplo direito de defesa dos AFRFs

O Unafisco e a DS/RJ estão acompanhando de perto o caso em que estão sendo acusados 11 auditores-fiscais da Receita Federal no Rio de Janeiro.

Como não poderia deixar de ser, consideramos de extrema gravidade os fatos apontados e desejamos o seu esclarecimento, com a máxima transparência e no estrito rigor da lei, respeitando o direito constitucional de ampla defesa e contraditório dos acusados.

Somos aproximadamente 15 mil auditores-fiscais no país entre ativos e aposentados. A nossa contribuição para o desenvolvimento do país é inestimável, pois nosso trabalho significa o recolhimento para os cofres públicos dos tributos que são convertidos em serviços e geração de trabalho, entre muitas outras coisas.

Uma categoria que tem se preocupado em levar à sociedade discussões de grande importância, como justiça fiscal, a partir das campanhas “Chega de Confisco” e “Tributo à Cidadania”, ou esclarecer sobre a falta de controle em nossas aduanas, com a campanha “Chega de Contrabando”, só pode querer o esclarecimento dos últimos fatos.

Não podemos perder de vista que a criação da Corregedoria da Receita Federal foi uma reivindicação da categoria.

Operação da Coger e PF surpreende funcionários do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro

Em operação conjunta, a Corregedoria da SRF e a Polícia Federal surpreenderam funcionários e contribuintes, na manhã de terça-feira, ao executar um mandado de busca e apreensão nas dependências do Ministério da Fazenda. A busca abrangeu vários setores, obrigando os funcionários a suspender suas atividades e a deixar seus locais de trabalho, levando apenas seus pertences.

O diretor de Defesa Profissional da DS/RJ, João de Abreu, solicitou identificação do agente e informações a respeito da operação e permaneceu no local para acompanhar os trabalhos, sendo arrolado como testemunha. Ao tomar conhecimento do que estava acontecendo, os diretores da DS/RJ compareceram ao local onde se encontravam policiais fortemente armados e vários colegas impedidos de acessar seus respectivos locais de trabalho. Outros AFRFs, embora obrigados a abandonar suas salas, foram impedidos de sair da divisão, vigiados por agentes federais.

O constrangimento poderia ter sido evitado se os policiais tivessem solicitado a identificação desses servidores e constatado que não eram objeto dos mandados de prisão, liberando-os imediatamente.

Ao presenciar a cena inusitada, o presidente da DS/RJ, Alexandre Teixeira, procurou os delegados responsáveis pela ação e foi informado de que se tratava de ação conjunta com a SRF, fato ignorado até então, até mesmo pela Administração local. Em seguida, os diretores da DS foram procurar o superintendente para instar um posicionamento formal da Administração.

Dois advogados que prestam serviço à DS/RJ foram imediatamente acionados e compareceram ao local para prestar assistência aos colegas interpelados. Um outro grupo de diretores acompanhou dois auditores — que estavam fora do prédio na hora da chegada dos agentes — que se apresentaram espontaneamente na sede da superintendência da PF.

O Unafisco Sindical enviou prontamente a gerente do Departamento Jurídico da entidade, Cristina Xavier, para acompanhar o caso e apoiar a DS/RJ, tão logo tomou conhecimento do fato.

Encontro com corregedor da SRF

Após conceder entrevista coletiva à imprensa, no início da noite da terça-feira, o corregedor-geral da SRF, Moacyr Leão, recebeu a diretoria da DS/RJ acompanhada da advogada da DEN, Cristina Xavier, durante aproximadamente 40 minutos. O corregedor explicou como surgiu a ação e resumiu o trabalho feito pela Coger a pedido do juiz da 3ª Vara Federal, Lafredo Lisboa. O relato da operação e da investigação pelo corregedor não diverge do já divulgado pela imprensa.

Tanto a DEN como a DS/RJ querem evitar generalizações que possam prejudicar toda a categoria e a própria Receita Federal. O Unafisco defende o máximo de rigor nas investigações com a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa assegurada a todos os cidadãos.

Presença da imprensa causa estranheza e desconforto

Com uma ação tão sigilosa — nem a Administração local estava ciente — ninguém entendeu como repórteres da Rede Globo chegaram primeiro e transitavam livremente pelos corredores e salas onde estavam sendo executados os mandados. Preocupados com a repercussão e exploração sensacionalista da mídia e entendendo totalmente desnecessário para eficácia da ação, diretores da DS questionaram o

corregedor e o delegado da PF sobre quem teria permitido a presença da imprensa. Como ninguém assumiu a responsabilidade, a imprensa acabou tendo que deixar o prédio. A DS/RJ está encaminhando hoje à GRA ofício pedindo esclarecimentos sobre o fato, que contrasta com o rigor exigido no acesso ao prédio em outras situações.

Diretores da DS/RJ que se dirigiram para o local acabaram sendo arrolados

como testemunha e a exposição deles e de outros colegas que ficaram impedidos de sair do prédio à mídia poderia ter sido evitada.

A DS continua acompanhando de perto os acontecimentos. No dia da operação, havia diretor até às 23h no Ponto Zero, para prestar assistência aos AFRF. Ontem, às 22h, a DS ainda trabalhava para manter a categoria informada sobre as providências tomadas.

III Fórum Social do Rio de Janeiro

A terceira edição do Fórum Social do Rio de Janeiro acontece dias 3 e 4 de outubro, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Química/CEFET, no centro de Nilópolis. O evento faz parte da programação do Fórum Social Mundial, que em 2004 será na cidade de Bombaim, na Índia.

O Unafisco Sindical, juntamente com a ATTAC, BNDES e Fórum Fisco, montou a oficina “Fuga de capitais e endividamento público: aspectos sociais, econômicos, fiscais e jurídicos”. A presidente do Unafisco Sindical, Maria Lucia Fattorelli Carneiro, será uma das palestrantes. A oficina será no

dia 4, das 14:30 às 18 horas. Também estarão na mesa o jornalista Antônio Martins, o economista Paulo Passarinho e o Dr. João Luiz Duboc Pinaud, jurista, secretário de Estado de Direitos Humanos e corregedor-geral das polícias do estado do Rio de Janeiro.

PROGRAMAÇÃO

DIA 03/10/2003

18:00hs - ABERTURA - INSCRIÇÕES
EVENTO CULTURAL: JAIME E SUELEN (voz e violão)

19:15hs - HOMENAGEM A D. MAURO MORELLI
LEITURA DA BIOGRAFIA DE D. MAURO MORELLI
SR. LUIS (repentista)

20:00hs - PALESTRA COM O PROF. EMIR SADER

DIA 04/10/2003

08:30hs - CHEGANÇA CULTURAL - INSCRIÇÕES
DANÇAS DA ACADEMIA DA PROF. TEREZINHA

09:00HS - CONFERÊNCIA “O BRASIL QUE TEMOS E O BRASIL QUE QUEREMOS”

DEBATEDORES:

- TEÓLOGO LEONARDO BOFF
- JUÍZA SALETE MACALOZ

- FREI DAVI
- REPRESENTANTE DO MST
MODERADOR: PAULO PASSARINHO

12:00 às 14:00hs - ALMOÇO CULTURAL
EVENTOS TEATRAIS: - CENTRO DE TEATRO DO OPRIMIDO - AUGUSTO BOAL (Peça: Empregada Doméstica)
- GRUPO DE TEATRO DO ACARI (Peça: Futuro Colorido)

14:00 às 18:00hs - OFICINAS LIVRES

18:00hs - ENCERRAMENTO CULTURAL
EVENTOS: DANÇA DO VENTRE DA ACADEMIA DA PROF. TEREZINHA
BATERIA DO GRES BEIJA FLOR DE NILÓPOLIS.

LOCAL: Centro Federal de Educação Tecnológica de Química - CEFET
Rua Lúcio Tavares, 1.045
Centro - Nilópolis (2691.4499)

Observações: As inscrições individuais poderão ser feitas antecipadamente ou durante o evento.